



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.124-A, DE 2022** **(Do Sr. Pinheirinho)**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para criar prioridade para a segurança hídrica e destinar recursos dos fundos constitucionais para saneamento básico e Programa Cisterna; tendo parecer da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação (relator: DEP. JOÃO DANIEL).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA;

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

DESENVOLVIMENTO URBANO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. PINHEIRINHO)

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para criar prioridade para a segurança hídrica e destinar recursos dos fundos constitucionais para saneamento básico e Programa Cisterna.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º (.....)

(.....)

*XVII - prioridade para garantir a segurança hídrica de regiões sujeitas a fenômenos climáticos extremos.*

(.....)

Art. 50. (.....)

(.....)

*§ 13. Dar-se-á preferência na alocação dos recursos de que trata este artigo para as obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, cuja execução tiver ultrapassado 50% do respectivo orçamento.”*

Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 2º-A. Os operadores públicos de serviços de saneamento básico podem lançar mão de recursos dos fundos de que trata esta Lei, com juros e outros encargos favorecidos,*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pinheiro  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224997854900>

*para alcançar a sustentabilidade econômico-financeira de que trata o art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.*

*Art. 3º (.....)*

*(.....)*

*XIV - fomento à melhoria de operadores públicos de serviços de saneamento básico, com a concessão de benefícios creditícios, mediante contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional estabelecidas, com juros e outros encargos favorecidos.*

*XV – concessão de financiamento ao Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias da data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto incide sobre duas leis, a fim de proporcionar meios para aumentar a segurança hídrica em regiões em desenvolvimento. Primeiramente, altera o art. 2º da lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), para colocar como princípio fundamental a garantia da segurança hídrica de regiões sujeitas a fenômenos climáticos extremos.

Como se sabe, a região Nordeste, ciclicamente, passa por situações de seca. Em dezembro de 2017, por exemplo, de acordo com o Monitor de Secas, da ANA, no ápice do último ciclo de seca, após sete anos seguidos de estiagem, 33,6% do território nordestino apresentava seca nível 4, o mais alto da escala e classificado como seca excepcional, sendo que, em 2015, esse índice chegou a 47% e, em 2016, a 65%. O sistema Olho N'água, do Instituto Nacional do Semiárido (Insa) registrou que, em 2017, a capacidade



total de acumulação de água em barragens e açudes baixou até 11,4%; o menor índice já registrado na região.

Paralelamente a essa medida, o projeto determina o estabelecimento de preferência na alocação dos recursos de que trata o art. 50 da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico para as obras de abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais, cuja execução tiver ultrapassado 50% do respectivo orçamento. Isto é, nas situações em que a União destina recursos para estados e municípios, a prioridade será dada para obras já iniciadas e que tenham, ao menos, metade da execução pronta.

Em outro ponto para facilitar o acesso à segurança hídrica, propõe-se alterações à lei dos fundos constitucionais (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989), para incluir os operadores públicos de serviços de saneamento básico entre os que podem lançar mão de recursos dos fundos, com juros e outros encargos favorecidos, para alcançar sua sustentabilidade econômico-financeira. Em outras palavras, essa é uma maneira de trazer um alento às companhias de água e saneamento – estatais, ainda, em sua maioria – no que diz respeito aos recursos dos fundos constitucionais.

Em levantamentos recentes, chegou-se à conclusão de que a execução orçamentária desses fundos constitucionais vem sendo extremamente baixa, por causa do alto custo dos juros e encargos. Essa baixa execução não condiz com o mandamento constitucional de que tais fundos se destinam ao desenvolvimento regional, e todos sabem que o que contribui para um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é justamente a saúde, alcançada por água tratada e esgotamento sanitário.

Em seguida, o projeto estabelece que, entre os objetivos dos fundos constitucionais – do Nordeste, Norte e Centro-Oeste – está o fomento à melhoria de operadores públicos de serviços de saneamento básico, com a concessão benefícios creditícios, em contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional estabelecidas, com juros e outros encargos favorecidos.



E finalmente, propomos a concessão de financiamento ao Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas entre as possibilidades de destinação de recursos dos fundos constitucionais.

Esperamos que essas medidas venham a favorecer a segurança hídrica de municípios nordestinos, a saúde financeira de companhias estatais de águas e esgotos, e recursos para o Programa.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputado PINHEIRINHO

2022-2071



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pinheirinho  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224997854900>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. [\*\(Ementa com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

II - integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos

custos para os usuários; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade, regularidade e continuidade; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva; [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 12.862, de 17/9/2013, com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

XIV - prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços; [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

XV - seleção competitiva do prestador dos serviços; e [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

XVI - prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

## CAPÍTULO VI DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços: [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos, conjuntamente; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; e [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

III - de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, na forma de tributos, inclusive taxas, ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou das suas atividades. [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do *caput* deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários que não tenham capacidade de pagamento suficiente para cobrir o custo integral dos serviços. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

§ 3º As novas edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, nos termos da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.312, de 12/7/2016, com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

§ 4º Na hipótese de prestação dos serviços sob regime de concessão, as tarifas e preços públicos serão arrecadados pelo prestador diretamente do usuário, e essa arrecadação será facultativa em caso de taxas. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

§ 5º Os prédios, edifícios e condomínios que foram construídos sem a individualização da medição até a entrada em vigor da Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016, ou em que a individualização for inviável, pela onerosidade ou por razão técnica, poderão instrumentalizar contratos especiais com os prestadores de serviços, nos quais serão estabelecidos as responsabilidades, os critérios de rateio e a forma de cobrança. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços públicos de saneamento básico considerará os seguintes fatores: [\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

## CAPÍTULO IX DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados:

I - ao alcance de índices mínimos de:

a) desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços; e [\(Alínea com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

b) eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico; [\(Alínea com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)](#)

II - à operação adequada e à manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com os recursos mencionados no *caput* deste artigo. [\(Inciso com redação dada pela](#)



Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

III - à observância das normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico expedidas pela ANA; (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

IV - ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição, conforme definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional; (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

V - ao fornecimento de informações atualizadas para o Sinisa, conforme critérios, métodos e periodicidade estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

VI - à regularidade da operação a ser financiada, nos termos do inciso XIII do *caput* do art. 3º desta Lei; (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

VII - à estruturação de prestação regionalizada; (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

VIII - à adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente em até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua instituição, nos casos de unidade regional de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada; e (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

IX - à constituição da entidade de governança federativa no prazo estabelecido no inciso VIII do *caput* deste artigo. (Inciso acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

§ 1º Na aplicação de recursos não onerosos da União, serão priorizados os investimentos de capital que viabilizem a prestação de serviços regionalizada, por meio de blocos regionais, quando a sua sustentabilidade econômico-financeira não for possível apenas com recursos oriundos de tarifas ou taxas, mesmo após agrupamento com outros Municípios do Estado, e os investimentos que visem ao atendimento dos Municípios com maiores déficits de saneamento cuja população não tenha capacidade de pagamento compatível com a viabilidade econômico-financeira dos serviços. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

§ 2º A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à execução de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º É vedada a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, salvo por prazo determinado em situações de eminente risco à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 4º Os recursos não onerosos da União, para subvenção de ações de saneamento básico promovidas pelos demais entes da Federação, serão sempre transferidos para Municípios, o Distrito Federal ou Estados.

§ 5º No fomento à melhoria da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020)

§ 6º A exigência prevista na alínea a do inciso I do *caput* deste artigo não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico.

§ 7º (VETADO).

§ 8º A manutenção das condições e do acesso aos recursos referidos no *caput* deste

artigo dependerá da continuidade da observância dos atos normativos e da conformidade dos órgãos e das entidades reguladoras ao disposto no inciso III do *caput* deste artigo. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

§ 9º A restrição de acesso a recursos públicos federais e a financiamentos decorrente do descumprimento do inciso III do *caput* deste artigo não afetará os contratos celebrados anteriormente à sua instituição e as respectivas previsões de desembolso. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

§ 10. O disposto no inciso III do *caput* deste artigo não se aplica às ações de saneamento básico em:

I - áreas rurais;

II - comunidades tradicionais, incluídas áreas quilombolas; e

III - terras indígenas. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

§ 11. A União poderá criar cursos de capacitação técnica dos gestores públicos municipais, em consórcio ou não com os Estados, para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

§ 12. [\*\(VETADO na Lei nº 14.026, de 15/7/2020\)\*](#)

Art. 51. O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei.

Parágrafo único. A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por audiência pública.

## **LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989**

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para fins de aplicação dos recursos de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, os quais se organizarão e funcionarão nos termos desta Lei.

### **I - Das Finalidades e Diretrizes Gerais**

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

§ 1º Na aplicação de seus recursos, os Fundos Constitucionais de Financiamento do

Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficarão a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e deverão destinar crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias.

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

Art. 3º Respeitadas as disposições dos Planos Regionais de Desenvolvimento, serão observadas as seguintes diretrizes na formulação dos programas de financiamento de cada um dos Fundos:

I - concessão de financiamento aos setores produtivos das regiões beneficiadas; *(Inciso com redação dada pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

II - ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões;

III - tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;

IV - preservação do meio ambiente;

V - adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

VI - conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;

VII - orçamentação anual das aplicações dos recursos;

VIII - uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;

IX - apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;

X - proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.

XI - programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento; *(Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 129, de 8/1/2009)*

XII - ampla divulgação das exigências de garantia e de outros requisitos para a concessão de financiamento; *(Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 129, de 8/1/2009, com redação dada pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

XIII - concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

## II - Dos Beneficiários

Art. 4º São beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)*

I - produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, e cooperativas de produção

que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7/12/2017)

II - estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos que contribuirão para o desenvolvimento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento. (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7/12/2017)

§ 1º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos de infra-estrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia em decisão do respectivo conselho deliberativo. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.775, de 17/9/2008)

§ 2º No caso de produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, a concessão de financiamentos de que trata esta Lei fica condicionada à regularidade da situação para com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os citados fundos de incentivos. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.775, de 17/9/2008)

§ 3º (Revogado pela Lei nº 12.716, de 21/9/2012)

§ 4º Os estudantes e os cursos mencionados no inciso II do *caput* deste artigo deverão atender aos requisitos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 785, de 6/7/2017, convertida na Lei nº 13.530, de 7/12/2017)

.....  
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

## COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

### PROJETO DE LEI Nº 1.124, DE 2022

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para criar prioridade para a segurança hídrica e destinar recursos dos fundos constitucionais para saneamento básico e Programa Cisterna.

**Autor:** Deputado PINHEIRINHO

**Relator:** Deputado JOÃO DANIEL

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.124/2022 altera as Leis nº 11.445/2007 (que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico) e 7.827/1989 (que institui os fundos constitucionais de financiamento regional) para dar prioridade à segurança hídrica de regiões sujeitas a fenômenos climáticos extremos e destinar recursos dos fundos constitucionais de financiamento do N, NE e CO ao saneamento básico e ao Programa Cisternas. Para tal, na primeira dessas leis, o PL inclui dois dispositivos, nos arts. 2º e 50; já na segunda, introduz um novo art. 2º-A e acrescenta dois incisos ao art. 3º.

Na Justificação, o autor espera *“que essas medidas venham a favorecer a segurança hídrica de municípios nordestinos, a saúde financeira de companhias estatais de águas e esgotos, e recursos para o Programa [Cisternas]”*.

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tramitando em regime

---

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6º andar - Gabinete 605 - 70160900 - Brasília DF  
Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br





ordinário (art. 151, III, do RICD), foi ela distribuída às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), de Desenvolvimento Urbano (CDU), de Finanças e Tributação (CFT, art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC, art. 54 do RICD).

Nesta CINDRA, o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas, a partir de 26/5/2022, transcorreu *in albis*.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em tempos de mudanças climáticas, vem em boa hora a iniciativa do nobre autor de, na lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, propor a priorização da garantia de segurança hídrica em regiões sujeitas a fenômenos climáticos extremos e dar preferência na alocação dos recursos para as obras de saneamento básico cuja execução já tiver ultrapassado 50% do respectivo orçamento.

Da mesma forma, também é bem-vinda a proposta de, na lei dos fundos constitucionais, autorizar os operadores públicos de serviços de saneamento básico a lançar mão de recursos desses fundos para alcançar sustentabilidade econômico-financeira, bem como de inserir as diretrizes de fomento à melhoria desses operadores e de financiamento das ações do Programa Cisternas.

Como dito, talvez o principal objetivo da Lei nº 11.445/2007 seja garantir a segurança hídrica nas regiões desfavorecidas, sujeitas em maior grau aos efeitos climáticos deletérios, que se fazem sentir já nos tempos atuais. É que, muito embora todos os quatro elementos que compõem o saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais) sejam importantes e devam ser perseguidos







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE**

incansavelmente, a segurança hídrica é a que afeta mais diretamente a vida da população, principalmente a de menor poder aquisitivo.

Por sua vez, como os fundos constitucionais vêm tendo baixa execução orçamentária, não cumprindo, desta forma, seu objetivo primordial de levar desenvolvimento às regiões menos favorecidas, nada mais justo que possibilitar que os operadores públicos de serviços de saneamento básico lancem mão desses recursos e, assim, contribuam para a melhoria dos índices de saúde, diretamente associados à boa prestação dos serviços de saneamento.

Por fim, quanto ao Projeto Cisternas, é de lembrar que, antes de ser um programa governamental, suas sementes foram lançadas pela organização não governamental Articulação Semiárido Brasileiro (ASABrasil) ainda no início dos anos 2000. Ao longo de duas décadas, até agosto/2021, já haviam sido construídas cerca de 630 mil cisternas de placas de 16 mil litros na região do Semiárido, tomando-se por princípio que a água potável é um direito de todos os cidadãos e cidadãs e que a convivência com o Semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque desse bem indispensável para diversos usos. Assim, dado o êxito e a importância dessa medida, também é bem-vinda a previsão legal de que os recursos dos fundos governamentais possam igualmente ser nela aplicados.

Por todas essas razões, e em vista dos objetivos desta CINDRA, sou pela **aprovação do Projeto de Lei nº 1.124, de 2022**.

Sala da Comissão, em      de agosto de 2022.

**Deputado JOÃO DANIEL**  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

### PROJETO DE LEI Nº 1.124, DE 2022

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.124/2022, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Daniel.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

João Daniel - Presidente, José Ricardo, Paulo Guedes e Vivi Reis - Vice-Presidentes, Airton Faleiro, Camilo Capiberibe, Coronel Chrisóstomo, Jesus Sérgio, Josivaldo Jp, Célio Moura, Cristiano Vale, José Medeiros e Leonardo Monteiro.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2022.

Deputado JOÃO DANIEL  
Presidente

